

ANO NOVO, VIDA NOVA

por Mário Soares

Quando era jovem - onde isso vai - dizia-se frequentemente esta máxima: "ano novo, vida nova". Para estimular, no início de cada ano, a necessidade de fazer mais e melhor, nos diferentes aspectos da nossa actividade. E pensava-se que isso era possível, individual e colectivamente.

Agora, com o bombardeamento de pessimismo, a que somos sujeitos, todos os dias, relativamente ao que aí vem, dificilmente poderemos repetir a citada máxima. Tudo parece ir de mal a pior. Em todos os domínios.

No entanto, dadas as últimas mensagens de ano novo, que ouvi e vi, com atenção e surpresa, lançadas pelos dirigentes conservadores da Alemanha e da França, aos seus compatriotas, julguei perceber que tinham uma preocupação comum: a necessidade, sentida por ambos, de salvar o euro, que infelizmente deixaram degradar, com total inconsciência, nos últimos meses. Porquê? Porque com um euro enfraquecido a União Europeia tende a desintegrar-se. E sem a União todos sofrem - e muito - a começar pelos mais ricos dos Estados-membros. Além de marcar o começo da decadência do Ocidente, no seu conjunto.

Se assim for, poderá acontecer uma viragem na política europeia, sem dúvida importante e, finalmente, de bom augúrio. Os mercados, uma vez perdida a ilusão da especulação com o euro, sobretudo nos países mais visados, a Grécia e a Irlanda, ou param ou continuam. A continuar, o "nervosismo" dos mercados (como se diz, para evitar a palavra especulação) os próximos seriam Portugal, Espanha e talvez a Bélgica. Mas, atenção, também a seguir talvez viesse a acontecer o mesmo à Itália e à França. Aí o euro entraria em colapso como moeda de referência e a União Europeia iniciava a sua desagregação. Uma tragédia!

Talvez fosse isso, a percepção desta infeliz realidade, que a Senhora Merkel e o Senhor Sarkozy devem ter compreendido, sob a pressão, suponho, de vários dirigentes da União, como Jean-Claude Juncker e outros responsáveis das instituições comunitárias. Daí a advertência feita aos seus concidadãos, para a necessidade de salvar o euro. Dado que, na hipótese contrária, apesar da sua riqueza, nem a França nem mesmo a Alemanha ficariam isentas, por muito tempo mais, das dificuldades pelas quais estão a passar os Estados a que chamam (indevidamente) periféricos.

Chegados aqui, porém, põe-se-nos um problema difícil: não basta advertir; é preciso, também, agir. Ora a acção, para ser eficaz e consequente, é indispensável ter outra visão para o futuro da União. Voltar, antes de mais, ao princípio da unidade de todos os Estados-membros e da solidariedade entre eles. O que tem vindo a desaparecer da União, paulatinamente. E depois para defender o euro, como moeda única da União, tem de haver, para além do Banco Central Europeu, um Governo Financeiro e Económico, que obrigue todos os Estados da zona euro. E no dia 1, sublinhe-se, entrou mais outro: a Estónia.

Digamos, contudo, que na União, há diferentes velocidades: a Europa do euro; e a dos Estados-membros que não pertencem à zona euro, como é exemplo paradigmático, o Reino Unido. Ora, dada a evolução a que assistimos, é difícil manter uma tal dualidade. Não seria melhor voltar ao exemplo da EFTA (uma organização apenas de livre comércio, como o Reino Unido sempre pretendeu); e fazer evoluir a CEE, hoje União Europeia, que sempre foi um projecto político de paz, para uma Europa Política (económica, financeira e social), de tipo Federal? Aí, sim, seria fácil criar um novo paradigma (ou modelo económico-financeiro) que, dada a situação actual, é indispensável para salvar o euro e a União. E mais do que isso: para que a União, no campo da política externa, pudesse ter o peso político, financeiro, económico, tecnológico e cultural que merece.

Serão os dirigentes políticos europeus actuais - em especial Merkel e Sarkozy - capazes de fazer uma viragem deste tipo? Ou ficar-se-ão, meramente, por apelos verbais e retóricos? Essa é a grande questão que se põe aos europeus no ano que agora se inicia, e que a influencia, num sentido ou noutro. Porque nos diz respeito a todos, cidadãos europeus, independentemente, do que se passa e do que pensam os dirigentes dos diferentes Estados-membros. A resposta a estas questões é difícil e, ao mesmo tempo, crucial. Sendo hoje a esmagadora maioria dos dirigentes europeus conservadores - e alguns mesmo ultra-conservadores - é difícil de prever o que se vai passar. Porque a desintegração da União Europeia é tão impensável para a maioria esmagadora dos cidadãos europeus - e sobretudo para

os jovens - apesar de alguns, certamente, terem votado à Direita, que não é verosímil que isso venha a acontecer sem grandes convulsões políticas e sociais.

Nos Estados Unidos parece haver sinais de que a crise global começa a abrandar. Mas o mesmo não está a acontecer ainda na União Europeia. Por isso, apesar do pessimismo envolvente, tenhamos esperança que algumas mudanças para melhor serão possíveis. Teremos nós, europeus convictos, a coragem de lutar por elas?

Indignai-vos!

Alguns dos leitores devem lembrar-se que, em 1994, quando se deu a buzina na Ponte 25 de Abril, seguida de uma carga da polícia, a situação social do País era muito tensa, com o anúncio de uma greve geral. Eu era então Presidente e encontrava-me na cidade da Guarda, numa "presidência aberta". Invoquei, para serenar os ânimos e impedir retaliações, "o direito à indignação", de todos os cidadãos, em democracia. Muitos comentadores do tempo criticaram-me por usar uma expressão, que tomaram por imprópria de um Presidente da República de um Estado Democrático. Mas não era.

Veio isto à memória, quando me chegou às mãos e li, de um fôlego, nesta quadra natalícia, um pequeno livro francês do antigo resistente e diplomata, Stephane Hessel, que conheci há anos em Genève e muito admiro, intitulado "Indignez, Vous!", que se tornou um "best-seller" entre os livros publicados em França, que já está traduzido em vários idiomas, mas não, ao que julgo, em português.

Foi aliás publicado por uma pequena editora, praticamente desconhecida, "Indigène", de seu nome, numa colecção de "autores que caminham contra o vento". Edita textos militantes em favor de uma "revolução das consciências". Le Monde, de domingo passado, dedicou-lhe duas páginas completas, o que é absolutamente excepcional. Porquê? Pelo seu conteúdo naturalmente - trata-se de um texto de vinte e poucas páginas - escrito com grande precisão e simplicidade, por um jovem de espírito de 93 anos, que analisa, criticamente, o tempo actual, sem preconceitos, baseado na sua experiência de resistente, contra o nazismo, que o levou à prisão, num campo de concentração alemão, do qual, aliás, se evadiu. Mais tarde, foi um dos colaboradores da "Declaração Universal dos Direitos do Homem", da ONU, em 1948 e diplomata francês.

Trata-se de um livro que apela aos jovens para que expressem a sua indignação quando for o caso - porque a indiferença é a pior das atitudes - indignação que, segundo o autor, conduz à resistência contra as ameaças e as desigualdades, que afectam hoje a Humanidade e o Planeta. E que seja capaz de levar a uma "insurreição pacífica", porque "a não-violência é o caminho que devemos aprender a seguir".

Stephane Hessel, considera-se, com efeito, admirador e discípulo de Nelson Mandela e Martin Luther King. Serviu com De Gaulle, que conheceu em Londres e diz que um dos políticos que mais admirou foi Pierre Mendès France.

O mais interessante porém - e é um sinal dos tempos - resulta deste pequeno livro, de um autor pouco conhecido, que teve uma primeira tiragem de 8 mil volumes - intitulado, repito, Indignai-vos! - ter vendido em menos de dois meses 650 mil exemplares. Daí que Le Monde tenha feito um inquérito sobre o que faz indignar os franceses. As respostas são múltiplas, mas que há indignação, é incontestável.

Ora isso é um sintoma excelente dos tempos que correm, que nos dá alguma esperança quanto a um futuro melhor.

O Brasil em festa

Como a Constituição brasileira estipula, o dia 1 de Janeiro, início do ano, é o dia da posse do novo Presidente, sempre que há eleições presidenciais. Desta vez - novidade - foi uma mulher: Dilma Rousseff, a primeira Presidenta (como ela diz) do Brasil, antiga guerrilheira, presa e torturada no tempo da Ditadura militar e colaboradora próxima de Luís Inácio Lula da Silva, como se gritou, em São Bernardo do Campo, perto de S. Paulo, onde tem a sua residência: "o maior Presidente da História deste País".

A transição foi feita no maior entusiasmo, em Brasília, à chuva, entre lágrimas de contentamento, sorrisos e abraços. A nova Presidenta, prometeu "acabar com a miséria e a desigualdade" e jurou consolidar o legado (extraordinário!) do seu antecessor e mentor. Neste País, nosso irmão, que passou, pela sua imensidade e riquezas potenciais de uma promessa de futuro (incerta) a um colosso emergente, dos maiores do Mundo, entre as mais poderosas economias do

Planeta, membro do G20 e líder indiscutível da Ibero-América, como escreve o El País. E próximo membro efectivo - espero - do Conselho de Segurança da ONU.

O Brasil está, com efeito, a atravessar um período de inegável expansão e grande desenvolvimento. Mas há ainda muito a fazer para conseguir combater as grandes desigualdades, as manchas de pobreza e alguma criminalidade organizada. Uma tarefa dura para Dilma. Os meus votos, como amigo sincero do Brasil - e seu grande admirador - é que o mandato de Dilma seja eficiente e produtivo, continuando na linha de Grandes Presidentes, entre os quais se destacam Fernando Henrique Cardoso e Lula da Silva, um extraordinário fenómeno de popularidade e eficiência!

Uma presidência amordaçada?

Em Janeiro a Hungria iniciou a sua primeira presidência da União Europeia. O pior é que, ao mesmo tempo, o Governo ultra-conservador húngaro aprovou uma lei de imprensa que parece ser uma mordaza, segundo todas as associações de imprensa internacionais. Como é possível que isso possa acontecer na União Europeia, onde o respeito pelos Direitos Humanos - e a liberdade de imprensa - são os fundamentos mais sólidos da União Europeia e condição sine qua non, para a participação dos Estados, que a compõem? A Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) foi uma das primeiras instituições a alertar para esta contradição. Honra lhe seja! Com efeito, trata-se de algo intolerável que, a persistir, só pode enfraquecer o prestígio e a credibilidade da União, ainda por cima em tempo de crise.

Lisboa, 4 de Janeiro de 2011